

AGRICULTURA

EM SÃO PAULO

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA

SUMÁRIO

CUSTO DE FORMAÇÃO, CUSTO DE PRODUÇÃO E ANÁLISE DA RENDA DA CULTURA DE LARANJA, SÃO PAULO, 1969/70 1

M. Matsunaga

NECESSIDADE DE REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA BRASILEIRA DE CAFÉ 25

R. A. Dias

PESQUISAS PRIORITARIAS EM ECONOMIA RURAL 43

R. A. Dias

ANO XVII
N.º 11/12
Novembro e
Dezembro
1970

SECRETARIA DA AGRICULTURA
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA

CORPO TÉCNICO

Diretor Geral: Rubens A. Dias

Assessores: Paulo D. Criscuolo, Roberto de M. Alvarenga,
Cyro Okamoto

Assessoria de Programação: Fernando S. Gomes Junior (chefe),
Sérgio G. Vassimon

DIVISÕES

Política e Desenvolvimento Agrícola

Diretor: Constantino C. Fraga.

Seção de Análise da Conjuntura Agrícola: Constantino C. Fraga (chefe), Fernando B. Homem de Mello (*).

Seção de Projetos de Desenvolvimento: Alberto Veiga (chefe), José M. de Souza, Rita de Cassia M. Vollet.

Seção de Análise da Situação dos Produtos: Antonio A. Amaro (chefe), Arciley A. Pinheiro, Paulo A. Wiesel, Luiz Moricochi, José A. Martins, Yoshio Namekata, Luiz F. B. Cansegliero, S. Nogueira Jr., Ramon M. Garcia.

Seção de Economia da Terra: a ser instalada em 1970.

Seção de Crédito, Tributação e Legislação: Ismar F. Pereira (chefe), José C. M. Alarcon.

Seção de Sociologia Rural: a ser instalada em 1970, Anna Perina R. Arruda, Ana Elisa Garcia.

Seção de Economia Florestal: Roberto de M. Alvarenga (chefe), Bruno M. R. Pessanha.

Comercialização

Diretor: Pérsio C. Junqueira.

Seção de Organização e Estrutura de Mercados: Pérsio C. Junqueira (chefe), Ewerton R. de Lins, Maria de Lourdes C. Arruda, Wilson L. do Canto (*), Paulo Isnard R. Almeida, Maria Lucia B. D'Apice.

Seção de Análise de Preços, Custos e Margens: Sérgio A. Brandt (chefe), Claus F. T. de Freitas, Fernando R. Duarte, Maria Celina M. Padovani.

Seção de Pesquisas e Desenvolvimento de Mercados: D. Desgualdo Netto (chefe), Flávio C. de Carvalho.

Seção de Mercados de Insumos: Natanael M. dos Anjos (chefe), Luiz G. S. R. Monteiro, Dalva L. Maffia.

Economia da Produção

Diretor: Oscar J. T. Etori.

Seção de Economia de Insumos: a ser instalada em 1970.

Seção de Economia das Explorações Agrícolas: Oscar J. T. Etori (chefe), Caio T. Yamaguishi, Yoshihiko Sugai, Laerte P. Rodrigues, Jaime J. C. da Câmara.

Seção de Análise Econômica e Financeira das Empresas: Paul F. Bemelmans (chefe), Minoru Matsunaga.

Seção de Administração de Empresas Agrícolas: Luiz M. Pellegrini (chefe), Evaristo M. Neves (*), Hermando F. de Noronha, Luiz C. Assef, José R. Camargo.

Levantamentos e Análises Estatísticas

Diretor: Salomão Schattan.

Seção de Análise Estatística e Econômica: Salomão Schattan (chefe), M. J. Martins Falcão, José F. de Noronha (*), Nelson K. Toyama, Milton N. de Camargo, Rosa Maria C. Pescarin.

Seção de Previsões e Estimativas: Luiz H. de Oliveira Piva (chefe), Julio H. Jimenez Ossio, Wagner J. de Barros, Koji Nakajima, José Diniz de Araujo.

Seção de Informações de Mercado com Setor de Telecomunicações: João C. V. Vianna Netto (chefe), Paulo T. Morimoto.

Seção de Controle de Qualidade das Estatísticas: a ser instalada em 1970, Paulo V. Sendin (*), Maristela S. do Carmo.

Seção de Computação: Antônio J. Fava.

(*) Afastados do Instituto, freqüentando cursos de aperfeiçoamento;

— Os técnicos Luiz Sérgio P. Pereira, Antônio Guedes B. Campos, Antônio D. Piteri, Jorge D. Issa, Milton A. Moisés, Antonio A. B. Junqueira, Mauro S. Barros, acham-se afastados do Instituto, prestando colaboração a outras instituições governamentais ou licenciados do cargo.

CUSTO DE FORMAÇÃO, CUSTO DE PRODUÇÃO E ANÁLISE DA RENDA DA CULTURA DA LARANJA, SÃO PAULO, 1969/70

Eng.º Agr.º Minoru Matsunaga

1 — INTRODUÇÃO E IMPORTÂNCIA

O presente trabalho deve-se a importância econômica que a citricultura representa para alguns municípios do Estado de São Paulo e pela existência de poucos estudos relativos a esse setor. É interessante lembrar que daqueles existentes, merece atenção o realizado por Thomazini Etti (1) em 1957, o qual procura determinar os custos relativos à formação e produção para a cultura, pormenorizando os itens componentes dos mesmos. Completando aquele trabalho o autor faz uma análise sobre os aspectos

da comercialização e avaliação dos pomares cítricos.

Nos últimos anos, favorecida pela nova tecnologia agrônômica e pelas condições de mercado a citricultura vem se expandindo ano a ano em todo o Estado, principalmente nos municípios de Bebedouro, Limeira e Araraquara. Para melhor visualização desse aumento, o quadro 1 mostra o número de árvores existentes e a produção nos últimos 5 anos para o Estado e para as Divisões Regionais Agrícolas que englobam os municípios citados.

Em 1969, segundo o levantamento realizado pela Seção de

Previsão e Estimativa de Safras, houve uma elevação de 7.000.000 de pés em relação ao ano anterior. Tal fato evidencia o impulso tomado pela citricultura no Estado de São Paulo.

Se considerarmos as duas regiões agrícolas do Estado, onde se localizam os maiores municípios produtores de laranja, iremos notar que o aumento se processa desde 1966. A Divisão Regional Agrícola de Campinas acusou um aumento expressivo de 2.175.000 pés em 1969, enquanto 3.919.000 pés a mais surgiram, no mesmo ano, na Divisão de Ribeirão Preto.

Em termos de produção do Estado, o crescimento é constante a partir de 1966, contudo em 1969 apresenta um decréscimo na produção em relação ao ano anterior. Tal fato se deve a condições climáticas desfavoráveis ocorridas neste ano.

A Divisão Regional Agrícola de Campinas apresenta em 1969 uma produção de 10.862.000

caixas, menor que os 3 anos anteriores apesar dos aumentos no número de pés. Em contraposição a de Ribeirão Preto apresenta aumentos sucessivos desde 1966 e no corrente ano atingiu uma produção de 14.633.000 caixas.

O crescimento experimentado pela citricultura no Estado trás como consequência uma participação bastante relevante na economia agrícola. A sua renda bruta tem crescido expressivamente, tendo neste ano alcançado o valor de Cr\$ 156.735,00 (quadro 1). Tal valor comparativo ao ano anterior representa um aumento de 51,5%.

2 — OBJETIVOS

O presente trabalho tem o propósito de estudar os aspectos econômicos da cultura da laranja.

Especificamente, os objetivos a serem determinados são:

- a) custo de formação;
- b) custo de produção e
- c) renda bruta e renda líquida.

3 — MATERIAL E MÉTODO

Tendo em vista o objetivo de se determinar os custos de formação e produção de um pomar de laranja procurou-se obter os dados de citricultores, entre aqueles que se destacavam por sua eficiência e conhecimento das técnicas agronômicas recomendadas. Tais dados provêm de propriedades que satisfaziam aquelas condições e foram levantados nos municípios de Bebedouro e Araraquara.

Procurou-se as propriedades, tanto quanto possível, homogêneas em relação ao tamanho, visando determinar um modelo de custo de formação e produção para estas. O número de pés considerado no presente trabalho traduz a média existente por área nas propriedades levantadas e que é de 500 pés por alqueire.

A produção como elemento fundamental na análise da renda foi tomada considerando-se a média de produção nos anos, das diversas variedades existentes. Tal fato talvez altere parcialmente os resultados, entretanto, deve-se considerar que o objetivo foi determinar a renda da cultura da laranja, não se preocupando o presente trabalho em particularizar o custo para uma determinada variedade.

Para se chegar aos custos os dados foram tabulados inicialmente determinando-se as exigências de fatores físicos. Destas, determinou-se as despesas de produção onde são computados os valores correspondentes às exigências e valores dos insumos utilizados.

As despesas diretas somaram-se outros itens de despesas tais como as indiretas constituídas pelas despesas fiscais e gerais, as despesas consideradas calculadas pelas constituídas pelas depreciações e juros

do capital circulante. Considerou-se também a retribuição aos fatores de produção: terra, empresário e capital (2).

A somatória de todos êsses itens constitui, no trabalho, os custos de formação e produção.

O custo de formação apresenta sucintamente as despesas decorrentes de operações físicas e necessidades de insumos nos seis anos de formação bem como as demais despesas que oneram a cultura durante o período necessário à formação da cultura.

O custo de produção procura determinar, a partir da plena produção da cultura, o montante dispendido anualmente em operações físicas e insumos além das outras despesas que recaem sobre a propriedade. Dêsses dados obter-se-á o custo de produção para a mesma.

Para se chegar à determinação dêsses custos necessário se faz conhecer a estrutura do capital investido em terras, má-

quinas e equipamentos. Finalmente, o trabalho relaciona a produção com os custos para se ter uma visão da rentabilidade da cultura. Esta análise servirá de base de comparação para o empresário agrícola na busca para o aumento do lucro da empresa.

4 — RESULTADOS

As propriedades levantadas apresentaram um tamanho global médio de 85 alqueires onde 60 alqueires correspondiam à cultura efetiva da laranja com 29.000 pés. O número de pés em termos médios era de 500 pés por alqueire. Os 25 alqueires restantes se destinavam a outras culturas. Vê-se que 2/3 da área das propriedades eram dedicados à cultura da laranja.

Para fins de trabalho e como ponto de orientação aos possíveis interessados, êste estudo considera uma propriedade modelo tipicamente citrícola, com 70 alqueires, sendo 60 para la-

QUADRO 1. — Número de Pés e Produção nos Últimos Cinco Anos para as Divisões Regionais Agrícolas de Campinas e Ribeirão Preto e Total para o Estado; Renda Bruta Representada pela Citricultura no Estado, São Paulo, 1969/70 (1.000 pés e 1.000 caixas)

A n o	Divisão Regional Agrícola				Estado de São Paulo		
	Campinas		Ribeirão Preto		Número de pés	Produção	Renda Bruta Cr\$
	Número de pés	Produção	Número de pés	Produção			
1965	9.928	10.670	6.458	7.280	25.930	29.195	37.953,00
1966	8.788	11.359	5.033	6.522	21.550	29.100	43.650,00
1967	9.670	13.645	5.705	8.565	23.473	34.400	58.480,00
1968	9.534	13.312	10.035	13.724	25.435	35.560	103.479,00
1969	11.709 (1)	10.862 (1)	13.954 (1)	14.633 (1)	32.830 (1)	34.830 (1)	156.735,00 (2)

(1) Estimativa, 4.º levantamento, junho/69, Seção de Previsão e Estimativa de Safras Agrícolas — Instituto de Economia Agrícola — Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

(2) Dado preliminar sujeito a retificação — Seção de Informaçãc de Mercado, Instituto de Economia Agrícola.

ranja e os 10 alqueires restantes ocupados pelas benfeitorias, estradas, etc., não se podendo, portanto, generalizá-lo em vista das propriedades apresentarem técnicas de cultivo superiores à média.

4.1 — DETERMINAÇÃO DA ESTRUTURA DO CAPITAL

O capital consiste em terras, benfeitorias, máquinas e equipamentos necessários para o estabelecimento de um pomar com 30.000 pés numa área de 60 alqueires.

Ao se pensar em formar um pomar com o número de pés acima proposto é preciso que se faça os investimentos constantes nos quadros 2 e 3.

4.2 — DETERMINAÇÃO DO CUSTO E FORMAÇÃO

Muitos consideram suficiente o período de cinco anos para a formação do pomar, visto que neste último ano a produção já é boa, dependendo dos tratamentos dados ao mesmo.

QUADRO 2. — Valor e Depreciação de Benfeitorias na Cultura da Laranja, São Paulo, 1969/70 — 30.000 pés

Item	Valor total no estado atual Cr\$	Vida útil anos	Depreciação anual
1 casa sede (120 m ²)	7.200,00	25	288,00
4 casas empregados (270 m ²)	18.000,00	25	720,00
1 galpão de máquinas (80 m ²)	3.200,00	20	160,00
1 depósito de adubos (50 m ²)	2.000,00	20	100,00
Valor total (Cr\$)	30.400,00		1.268,00
Para 500 pés (Cr\$)	506,60		21,13

QUADRO 3. — Valor das Máquinas e Equipamentos na Cultura da Laranja, São Paulo, 1969/70 — 30.000 pés

Item	Valor total no estado atual Cr\$	Vida útil anos	Depreciação anual (1)
2 tratores	19.160,00	5	—
1 carreta 2 rodas	945,00	5	—
2 arados 3 discos	2.142,00	2,5	—
2 grades 24 discos	1.850,00	3,5	—
1 pulverizador	3.775,00	5	—
Valor total (Cr\$)	27.872,00		
Para 500 pés (Cr\$)	464,53		

(1) A depreciação não foi calculada, pois já está inclusa no custo diário de operação.

No trabalho tomou-se 6 anos para a formação considerando-se que o pomar já estará formado quando as operações forem constantes nos anos subsequentes e a produção estiver estabilizada.

4.2.1 — Despesas Diretas de Formação

Nos quadros de 4 a 8 são apresentadas as despesas dire-

tas decorrentes de cada ano de formação para 500 pés numa área de 1 alqueire. Tais quadros mostram as quantidades em fatores físicos, bem como as importâncias respectivas dispendidas por ano.

O quadro 4 mostra um maior dispêndio em operações físicas para o 1.º ano comparativamente aos dispêndios realizados nos anos subsequentes. Tal fa-

QUADRO 4. — Despesas Diretas e Exigência de Fatores na Formação da Laranja, 500 Pés, 1 Alqueire (2,42 ha),
São Paulo, 1969/70

1.º Ano

(Continua)

Item	N.º de vêzes	Homem	Trator	Arado	Grade	Tan- que	Pulve- rizador	Carreta	Total
A — Operações									
			Dias de serviço						
Aração	1	0,9	0,9	0,9	—	—	—	—	
Gradeação	1	0,5	0,5	—	0,5	—	—	—	
Locação de curvas	1	0,5	—	—	—	—	—	—	
Demarcação das covas e coveamento (1)	1	11,5	—	—	—	—	—	—	
Transporte adubos, mistura e enchimento de covas	—	5,72	0,5	—	—	—	—	0,5	
Plantio	—	5,4	—	—	—	—	—	—	
Feitura da bacia	—	4,2	—	—	—	—	—	—	
Cobertura morta	—	3,0	0,5	—	—	—	—	0,5	
Irrigação	3	5,7	2,91	—	—	2,91	—	—	
Coroação manual	3	7,8	—	—	—	—	—	—	
Carpa mecânica	2	0,7	0,7	—	0,7	—	—	—	
Adubação em cobertura	3	9,0	0,75	—	—	—	—	0,75	
Desbrota	4	1,0	—	—	—	—	—	—	
Pulverização	3	9,0	1,8	—	—	—	1,80	—	
Combate formiga	—	0,05	—	—	—	—	—	—	
Total de dias		64,97	8,56	0,90	1,20	2,91	1,80	1,75	
Custo diário (Cr\$)		5,58	45,13	11,44	19,71	22,50	28,31	5,67	
Despesas c/ operações (Cr\$)		362,53	386,31	10,30	23,65	65,48	50,95	9,92	898,69

QUADRO 4. — Despesas Diretas e Exigência de Fatores na Formação da Laranja, 500 Pés, 1 Alqueire (2,42 ha),
São Paulo, 1969/70

1.º Ano

(conclusão)

Item	Quantidade	Preço — Cr\$	Valor — Cr\$
B — Material consumido			
Mudas	500 unid.	2,00/unid.	1.000,00
Adubo:			
Sulfato de Amônio	200 kg	0,291/kg	58,20
fórmula	200 kg	0,425/kg	85,00
Calcáreo	1.200 kg	0,024/kg	28,80
Inseticidas e fungicidas:			
dithane Z-78	1,6 kg	11,00/kg	17,60
espalhante adesivo	1,5 l	3,35/l	5,03
óleo emulsionável	5 l	2,90/l	14,50
formicida	12 kg	5,20/kg	62,40
Despesas com material consumido (Cr\$)			1.271,53
Despesas diretas por alqueire (Cr\$)			2.170,22

(¹) Coveamento: pode ser realizado mecânicamente utilizando-se o sulcador, e esta operação tem um rendimento maior quando comparado ao processo manual. Para esta operação são necessários 4,67 homens dias/alqueire, tendo um custo de Cr\$ 49,66/alqueire.

QUADRO 5. — Despesas Diretas e Exigência de Fatores na Formação de Laranja, 500 Pés, 1 Alqueire (2,42 ha),
2.º Ano
São Paulo, 1969/70

Item	Número de vêzes	Homem	Trator	Grade	Carreta	Pulverizador	Total
A — Operações		Dias de serviço					
Coroação manual	4	20,4	—	—	—	—	
Carpa mecânica	4	1,36	1,36	1,36	—	—	
Desbrota	3	0,90	—	—	—	—	
Replanta	—	0,3	—	—	—	—	
Adub. em cobertura	2	6,0	0,75	—	0,75	—	
Pulverização	3	9,0	1,8	—	—	1,8	
Combate à formiga	—	0,5	—	—	—	—	
Total de dias		38,01	3,91	1,36	0,75	1,80	
Custo diário (Cr\$)		5,58	45,13	19,71	5,67	28,31	
Despesas c/ operações (Cr\$)		212,10	176,46	26,81	4,25	50,96	470,58
B — Material Consumido		Quantidade	Preço — Cr\$	Valor — Cr\$			
Mudas		25 unid.	2,00/kg	50,00			
Adubo:							
Fórmula		250 kg	0,58/kg	145,00			
Inseticida e fungicida							
dithane Z-78		3,2 kg	11,00/kg	35,20			
cspalhante adesivo		3 l	3,35/l	10,05			
leo emulsionável		10 l	2,90/l	29,00			
formicida		12 kg	5,20/kg	62,40			
Despesas com material consumido (Cr\$)							331,65
Despesas diretas por alqueire (Cr\$)							802,23

QUADRO 6. — Despesas Diretas e Exigência de Fatores na Formação de Laranja, 500 Pés, 1 Alqueire (2,42 ha), Produção de 1 cx por Pé, São Paulo, 1969/70

3.º Ano

Item	Número de vêzes	Homem	Trator	Grade	Carreta	Pulverizador	Total
A — Operações		Dias de serviço					
Coroação manual	4	22,0	—	—	—	—	
Carpa mecânica	4	1,48	1,48	1,48	—	—	
Desbrota	2	0,40	—	—	—	—	
Adubação em cobertura	2	6,0	1,0	—	1,0	—	
Pulverização	3	9,0	2,1	—	—	2,1	
Combate  formiga	—	0,05	—	—	—	—	
Total de dias		38,93	4,58	1,48	1,00	1,10	
Custo diário (Cr\$)		5,58	45,13	19,71	5,67	28,31	
Despesas c/ operações (Cr\$)		217,23	206,70	29,17	5,67	59,45	518,22
B — Material Consumido		Quantidade	Preço — Cr\$	Valor — Cr\$			
Adubo:							
Fórmula		400 kg	0,58/kg	232,00			
Inseticidas e fungicidas							
dithane Z-78		4,8 kg	11,00/kg	52,80			
espalhante adesivo		4,5 l	3,35/l	15,08			
leo emulsionável		13 l	2,90/l	43,90			
formicida		12 kg	5,20/kg	62,40			
Despesas com material consumido (Cr\$)							405,78
Despesas diretas por alqueire (Cr\$)							924,00

QUADRO 7. — Despesas Diretas e Exigência de Fatores na Formação de Laranja, 500 Pés, 1 Alqueire (2,42 ha),
 4º Ano
 Produção de 1 cx por Pé, São Paulo, 1969/70

Item	Número de vezes	Homem	Trator	Grade	Carreta	Pulverizador	Total
A — Operações		Dias de serviço					
Coroação manual	4	22,4	—	—	—	—	
Carpa mecânica	4	1,6	1,6	1,6	—	—	
Adubação cobertura	2	6	1,0	—	1,0	—	
Pulverização	3	9,0	2,4	—	—	2,4	
Calagem	1	3	0,5	—	0,5	—	
Combate à formiga	—	0,05	—	—	—	—	
Total de dias		42,05	5,50	1,60	1,5	2,40	
Custo diário (Cr\$)		5,58	45,13	19,71	5,67	28,31	
Despesas c/ operações (Cr\$)		234,64	248,22	31,54	8,51	67,94	590,85
B — Material Consumido							
Inseticidas e fungicidas		Quantidade	Preço — Cr\$	Valor — Cr\$			
Adubo: fórmula		600 kg	0,58/kg	348,00			
Calcáreo		1.200 kg	24,00/t	28,80			
dithane Z-78		6,4 kg	11,00/kg	70,40			
espalhante adesivo		6 l	3,35/l	20,10			
óleo emulsionável		20 l	2,90/l	58,00			
formicida		12 kg	5,20/kg	62,40			
Despesas com material consumido (Cr\$)							587,70
Despesas diretas por alqueire (Cr\$)							1.178,55

QUADRO 8. — Despesas Diretas e Exigência de Fatores na Formação de Laranja, 500 Pés, 1 Alqueire (2,42 ha),
Produção de 1,5 xc por Pé e 2,0 cx por Pé, São Paulo, 1969/70
5.^a e 6.^o Anos

Item	Número de vezes	Homem	Trator	Grade	Carreta	Pulverizador	Total
A — Operações		Dias de serviço					
Coroação manual	4	25,6	—	—	—	—	
Carpa mecânica	4	2,0	2,0	2,0	—	—	
Adubação cobertura	2	6,0	1,0	—	1,0	—	
Pulverização	3	9	3,6	—	—	3,6	
Combate à formiga	—	0,05	—	—	—	—	
Total de dias		<u>42,65</u>	<u>6,60</u>	<u>2,0</u>	<u>1,0</u>	<u>3,6</u>	
Custo diário (Cr\$)		5,58	45,13	19,71	5,67	28,31	
Despesas c/ operações (Cr\$)		<u>237,99</u>	<u>297,86</u>	<u>39,42</u>	<u>5,67</u>	<u>101,92</u>	<u>682,86</u>
B — Material Consumido		Quantidade	Preço — Cr\$	Valor — Cr\$			
Adubo		750 kg	0,59/kg	442,50			
Inseticidas e fungicidas:							
dithane Z-78		8 kg	11,00/kg	88,00			
espalhante adesivo		9 l	3,35/l	30,15			
óleo emulsionável		25 l	2,90/l	72,50			
formicida		12 kg	5,20/kg	62,40			
Despesas com material consumido (Cr\$)							<u>695,55</u>
Despesas diretas por alqueire (Cr\$)							<u>1.378,41</u>

to, deve-se a uma maior quantidade de mão-de-obra e máquinas utilizadas neste ano para se implantar a cultura.

Operações não constantes nos anos seguintes são necessárias neste 1.º ano, como é o caso das operações de preparo do solo, coveamento, feitura da bacia, plantio e irrigação. A partir do 2.º ano há um au-

mento gradativo nas despesas efetuadas em operações físicas, em adubos e defensivos, isto porque à medida que a árvore cresce, maiores são as exigências da mão-de-obra em operações de carpa, pulverizações, etc., como também há um aumento na quantidade física de adubos e defensivos requeridas pela mesma.

QUADRO 9. — Despesas Fiscais e Gerais Anuais da Propriedade, São Paulo, 1969/70 — 30.000 pés

Item	Valor Cr\$
1 — Administração (1)	2.790,00
2 — Luz e fôrça	360,00
3 — Material de escritório	150,00
4 — Diversos (2)	660,00
5 — Impostos e taxas	200,00
Total	4.160,00
Para 500 pés	69,33

(1) Ordenado de um administrador correspondente a 1,5 salário mínimo mensal.

(2) 20% sobre a soma das despesas gerais especificadas. Englobam gastos como adiantamento, auxílios em caso de doença, etc.

QUADRO 10. — Retribuição aos Fatores de Produção na Cultura da Laranja, São Paulo, 1969/70 — 30.000 pés

Item	Valor Cr\$	500 pés
Terra (1)	12.254,40	204,24
Empresário (2)	18.600,00	310,00
Capital:		
fixo de instalação (3)	3.648,00	60,79
fixo de exploração (4)	3.344,64	55,74

(1) 12% a.a. sobre valor da terra. Considerou-se o valor de Cr\$ 1.702,00 por alqueire, valor médio de dados da Seccção de Previsão de Estimativa de Safras Agrícolas do Instituto de Economia Agrícola.

(2) Correspondente a 10 vezes o salário mínimo mensal.

(3) (4) 12% a.a. sobre valores dos quadros 2 e 3.

4.2.2 — Custo de Formação

Para se chegar ao custo total de formação necessita-se computar às despesas diretas, as fiscais e gerais (quadro 9), as calculadas, bem como as remunerações devidas aos fatores de produção, à terra na forma de juros sobre o valor da mesma, ao empresário na forma de uma retirada mensal e, finalmente, ao capital fixo de instalação e de exploração na forma de juros (quadro 10).

A determinação do custo de formação, ano a ano, pode ser vista nos quadros de 11 a 16, onde temos tôdas as despesas computadas inclusive a remuneração dos fatores. Desta forma, alcança-se os seguintes valores, para 500 pés e por ano: Cr\$ 3.095,15 para o 1.º ano, Cr\$ 1.860,62 para o 2.º ano, Cr\$ 2.134,74 para o 3.º ano, Cr\$ 2.582,51, Cr\$ 3.026,03 e Cr\$ 3.310,92, respectivamente para o 4.º, 5.º e 6.º anos de formação.

QUADRO 11. — Custo de Formação da Cultura da Laranja para 500 Pés,
São Paulo, 1969/70

1.º Ano

Item	Valor Cr\$
A — Despesas em dinheiro	
1 — Despesas diretas: (1)	
1.1 — de operações	898,69
1.2 — de material consumido	1.271,53
2 — Despesas indiretas: (2)	
2.1 — fiscais e gerais	69,33
B — Despesas calculadas	
7 — Depreciação de benfeitorias (3)	21,13
2 — Depreciação de máquinas e implementos (4)	—
3 — Juros sobre capital circulante (5)	134,37
C — Retribuição aos fatores (6)	
1 — Terra	204,24
2 — Empresário	310,00
3 — Capital fixo:	
benfeitoria	60,79
exploração	55,74
Total para 500 pés	3.095,15
Total por pé	6,19

(1) Dados do quadro 4.

(2) Dados do quadro 9.

(3) Dados do quadro 2.

(4) Não computado, pois está incluso no custo diário de operação.

(5) 12% ao ano sobre a metade das despesas em dinheiro. Calculado sobre a metade das despesas pelo fato das mesmas se distribuírem durante os 12 meses ao ano.

(6) Dados do quadro 10.

QUADRO 12. — Custo de Formação da Cultura da Laranja para 500 Pés,
São Paulo, 1969/70

2.º Ano

Item	Valor Cr\$
A — Despesas em dinheiro	
1 — Despesas diretas: (1)	
1.1 — de operações	470,58
1.2 — de material consumido	331,65
2 — Despesas indiretas: (2)	
2.1 — fiscais e gerais	69,33
B — Despesas calculadas	
1 — Depreciação de benfeitorias (3)	21,13
2 — Depreciação de máquinas e implementos (4)	—
3 — Juros sôbre capital circulante (5)	52,29
C — Retribuição aos fatores (6)	
1 — Terra	204,24
2 — Empresário	310,00
3 — Capital fixo:	
benfeitoria	60,79
exploração (7)	340,61
Total para 500 pés	1.860,62
Total por pé	3,72

(1) Dados do quadro 5.

(2) Dados do quadro 9.

(3) Dados do quadro 2.

(4) Incluso no custo diário de operação.

(5) Cálculo semelhante ao do ano anterior.

(6) Dados do quadro 10.

(7) Ao capital fixo de exploração se adicionou os juros correspondentes à capitalização em pomar.

QUADRO 13. — Custo de Formação da Cultura da Laranja para 500 Pés,
São Paulo, 1969/70

3.º Ano

Item	Valor Cr\$
A — Despesas em dinheiro	
1 — Despesas diretas: (1)	
1.1 — de operações	518,22
1.2 — de material consumido	405,78
2 — Despesas indiretas: (2)	
2.1 — fiscais e gerais	69,33
B — Despesas calculadas	
1 — Depreciação de benfeitorias (3)	21,13
2 — Depreciação de máquinas e implementos (4)	—
3 — Juros sôbre capital circulante (5)	59,60
C — Retribuição aos fatores (6)	
1 — Terra	204,24
2 — Empresário	310,00
3 — Capital fixo:	
benfeitoria	60,79
exploração (7)	485,65
Total para 500 pés	2.134,74
Total por pé	4,27

(1) Dados do quadro 6.

(2) Dados do quadro 9.

(3) Dados do quadro 2.

(4) Incluso no custo diário de operação.

(5) Cálculo semelhante ao ano anterior.

(6) Dados do quadro 10.

(7) Idem nota 7, quadro 12.

QUADRO 14. — Custo de Formação da Cultura da Laranja para 500 Pés,
São Paulo, 1969/70

4.º Ano

Item	Valor Cr\$
A — Despesas em dinheiro	
1 — Despesas diretas: (1)	
1.1 — de operações	590,85
1.2 — de material consumido	587,70
2 — Despesas indiretas: (2)	
2.1 — fiscais e gerais	69,33
B — Despesas calculadas	
1 — Depreciação de benfeitorias (3)	21,13
2 — Depreciação de máquinas e implementos (4)	—
3 — Juros sobre capital circulante (5)	74,87
C — Retribuição aos fatores (6)	
1 — Terra	204,24
2 — Empresário	310,00
3 — Capital fixo:	
benfeitoria	60,79
exploração (7)	663,60
Total para 500 pés	2.582,51
Total por pé	5,17

(1) Dados do quadro 7.

(2) Dados do quadro 9.

(3) Dados do quadro 2.

(4) Incluso no custo diário de operação.

(5) Cálculo semelhante ao dos anos anteriores.

(6) Dados do quadro 10.

(7) Idem nota 7, quadro 12.

QUADRO 15. — Custo de Formação da Cultura da Laranja para 500 Pés,
São Paulo, 1969/70

5.º Ano

Item	Valor Cr\$
A — Despesas em dinheiro	
1 — Despesas diretas: (1)	
1.1 — de operações	682,86
1.2 — de material consumido	695,55
2 — Despesas indiretas: (2)	
2.1 — fiscais e gerais	69,33
B — Despesas calculadas	
1 — Depreciação de benfeitorias (3)	21,13
2 — Depreciação de máquinas e implementos (4)	—
3 — Juros sôbre capital circulante (5)	86,86
C — Retribuição aos fatores (6)	
1 — Terra	204,24
2 — Empresário	310,00
3 — Capital fixo:	
benfeitoria	60,79
exploração (7)	895,27
Total para 500 pés	3.026,03
Total por pé	6,05

(1) Dados do quadro 8.

(2) Dados do quadro 9.

(3) Dados do quadro 2.

(4) Incluso no custo diário de operação.

(5) Cálculo semelhante ao dos anos anteriores.

(6) Dados do quadro 10.

(7) Idem nota 7, quadro 12.

QUADRO 16. — Custo de Formação da Cultura da Laranja para 500 Pés,
São Paulo, 1969/70

6.º Ano

Item	Valor Cr\$
A — Despesas em dinheiro	
1 — Despesas diretas: (1)	
1.1 — de operações	682,86
1.2 — de material consumido	695,55
2 — Despesas indiretas: (2)	
2.1 — fiscais e gerais	69,33
B — Despesas calculadas	
1 — Depreciação de benfeitorias (3)	21,13
2 — Depreciação de máquinas e implementos (4)	—
3 — Juros sobre capital circulante (5)	86,86
C — Retribuição aos fatores (6)	
1 — Terra	204,24
2 — Empresário	310,00
3 — Capital fixo:	
benfeitoria	60,79
exploração (7)	1.180,16
Total para 500 pés	3.310,92
Total por pé	6,62

(1) Dados do quadro 8.

(2) Dados do quadro 9.

(3) Dados do quadro 2.

(4) Incluso no custo diário de operação.

(5) Cálculo semelhante ao dos anos anteriores.

(6) Dados do quadro 10.

(7) Idem nota 7, quadro 12.

QUADRO 17. — Despesas Diretas e Exigência de Fatores na Manutenção da Laranja, 500 Pés, Produção de 3 Caixas por Pé, São Paulo, 1969/70

7.º Ano

Item	Número de vezes	Homem	Trator	Grade	Carreta	Pulverizador	Total
A — Operações		Dias de serviço					
Coroação manual	4	26,8	—	—	—	—	
Carpa mecânica	4	2,0	2,0	2,0	—	—	
Limpeza (combate a rubelose)	1	0,57	—	—	—	—	
Adubação em cobertura	2	6,0	1,0	—	1,0	—	
Pulverizações	3	9,0	3,6	—	—	3,6	
Calagem	1	3,0	0,5	—	0,5	—	
Combate à formiga	—	0,05	—	—	—	—	
Total de dias		47,42	7,10	2,0	1,5	3,6	
Custo diário (Cr\$)		5,58	45,13	19,71	5,67	28,31	
Despesas c/ operações (Cr\$)		264,60	320,42	39,42	8,51	101,92	734,87
B — Material Consumido		Quantidade	Preço — Cr\$	Valor — Cr\$			
Adubo		1.200 kg	0,62/kg	744,00			
Calcáreo		1.250 kg	24,00/t	30,00			
Inseticida e fungicida:							
dithane Z-78		9,6 kg	11,00/kg	105,60			
espalhante adesivo		4 l	3,35/l	13,40			
óleo emulsionável		30 l	2,90/l	87,00			
cuprosan		5 kg	7,50/kg	37,50			
formicida		12 kg	5,20/kg	62,40			
Despesas com material consumido (Cr\$)							1.079,90
Despesas diretas por alqueire (Cr\$)							1.814,77

QUADRO 18. — Custo de Produção da Cultura da Laranja para 500 Pés,
São Paulo, 1969/70

Item	Valor Cr\$
A — Despesas em dinheiro	
1 — Despesas diretas: (1)	
1.1 — de operações	734,87
1.2 — de material consumido	1.079,90
2 — Despesas indiretas: (2)	
2.1 — fiscais e gerais	69,33
B — Despesas calculadas	
1 — Depreciação de benfeitorias (3)	21,13
2 — Depreciação de máquinas e implementos (4)	—
3 — Juros sôbre capital circulante (5)	113,05
4 — Depreciação do pomar (6)	1.067,33
C — Retribuição ao fatôres (7)	
1 — Terra	204,24
2 — Empresário	310,00
3 — Capital fixo:	
benfeitoria	60,79
exploração	1.016,34
Total para 500 pés	4.676,98
Total por pé	9,35

(1) Dados do quadro 17.

(2) Dados do quadro 9.

(3) Dados do quadro 2.

(4) Incluso no custo diário de operação.

(5) Cálculo de 12% ao ano sôbre a metade das despesas em dinheiro pelo fato das mesmas se distribuírem durante os 12 meses do ano.

(6) Calculada para 15 anos.

(7) Dados do quadro 10, sendo que para o cálculo do capital fixo de exploração obedeceu semelhante raciocínio ao do custo de formação.

QUADRO 19. — Renda Proveniente da Cultura da Laranja na Fase de Formação e Produção, para 500 e 30.000 Pés, São Paulo, 1969/70

Item	Ano de Formação					
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º
Fase de formação:						
Custo de formação para 500 pés	3.095,15	1.860,62	2.134,74	2.582,51	3.026,03	3.310,92
Custo de formação para 30.000 pés	185.709,00	111.637,20	128.084,40	154.950,60	181.561,80	198.655,20
Cr\$ por caixa	—	—	3,76	3,76	3,76	3,76
Renda bruta para 500 pés (Cr\$)	—	—	940,00	1.880,00	2.820,00	3.760,00
Renda bruta para 30.000 pés (Cr\$)	—	—	56.400,00	112.800,00	169.200,00	225.600,00
Fase de produção (7.º ano em diante):						
		Nível de Produtividade				
		2,0 cx/pé (1)	2,5 cx/pé (2)	3,0 cx/pé		
Custo de produção para 500 pés (Cr\$)		4.216,88	4.414,09	4.675,00		
Custo de produção para 30.000 pés (Cr\$)		253.012,80	264.845,40	280.500,00		
Produção para 500 pés (cx)		1.000	1.250	1.500		
Produção para 30.000 pés (cx)		60.000	75.000	90.000		
Cr\$ por caixa		3,76	3,76	3,76		
Renda bruta para 500 pés (Cr\$)		3.760,00	4.700,00	5.640,00		
Renda bruta para 30.000 pés (Cr\$)		225.600,00	282.000,00	338.400,00		
Renda líquida para 500 pés (Cr\$)		- 456,88	285,91	965,00		
Renda líquida para 30.000 pés (Cr\$)		- 27.412,80	17.154,60	57.900,00		

(1) Considerando a redução na quantidade de adubo aplicado e redução no número de pulverizações (de 3 para 2 vezes ao ano).

(2) Considerando somente redução na quantidade de adubo aplicado.

4.3 — CUSTO DE PRODUÇÃO

4.3.1 — Despesas Diretas para o Custeio do Pomar

A partir do 7.º ano, ano em que a produção se estabiliza e as operações realizadas são constantes nos anos seguintes, temos as despesas diretas de custeio.

Tais despesas são mostradas no quadro 17. O montante dispendido neste ano atinge a Cr\$ 1.814,77 para 500 pés.

4.3.2 — Custo Total de Produção

O custo de produção apresenta as mesmas categorias de despesas que compõem o custo de formação, além da amortização do pomar considerada para 15 anos.

Assim, o quadro 18 apresenta o custo de produção para 500 pés e atinge a quantia de Cr\$ 4.676,98, ou seja, Cr\$ 9,35 por pé. Este valor calculado engloba a retribuição dos fatores terra, empresário e capital.

5 — RENDA BRUTA E RENDA LÍQUIDA PROVENIENTE DO POMAR

5.1 — RECEITA DA FASE DE FORMAÇÃO

Considerando-se que a partir do 3.º ano a planta começa a produzir, aumentando gradativamente até o 6.º ano, iremos obter receitas que irão auxiliar a diminuir os custos de formação.

Para um preço de Cr\$ 3,76 por caixa, valor médio de dados obtidos junto aos elementos entrevistados e para produções, a partir do 3.º ano, de 0,5, 1,0, 1,5 e 2 caixas por pé, teremos as seguintes receitas para 500 pés: Cr\$ 940,00, 1.880,00, Cr\$ 2.820,00 e Cr\$ 3.760,00 ou para 30.000 pés: Cr\$ 56.400,00, Cr\$ 112.800,00, Cr\$ 169.200,00 e Cr\$ 225.600,00, respectivamente para o 3.º, 4.º, 5.º e 6.º anos de formação (quadro 19).

5.2 — RENDA BRUTA E RENDA LÍQUIDA DO POMAR FORMADO

A partir do 7.º ano a produ-

ção é estável. Para uma produtividade de 3 caixas por pé considerada no presente trabalho e ao nível de preço determinado de Cr\$ 3,76 por caixa, obteremos uma renda bruta de Cr\$ 5.640,00 para 500 pés ou Cr\$ 338.400,00 para 30.000 pés.

Da renda bruta de
Cr\$ 5.640,00 para 500 pés ou Cr\$ 338.400,00 para 30.000 pés subtraído o custo de produção determinado de Cr\$ 4.675,00 para 500 pés ou Cr\$ 280.500,00 para 30.000 pés, teremos a renda líquida. Esta apresenta o valor de Cr\$ 965,00 para 500 pés ou Cr\$ 57.900,00 para 30.000 pés que representaria o montante de lucro da empresa (quadro 19).

Se reduzirmos o nível de adubação e pulverização haverá diminuição na produtividade teoricamente, apesar de ser afetada por outros fatores. Teremos então uma renda líquida negativa ao nível de 2 caixas por pés de Cr\$ 456,88 para 500 pés ou Cr\$ 27.412,80 para 30.000 pés àquele nível de pre-

ço considerado. Para 2,5 caixas por pé, conseqüência da redução do nível de adubação, a renda líquida já é positiva e alcança Cr\$ 285,91 para 500 pés ou Cr\$ 17.154,60 para 30.000 pés.

6 — CONCLUSÕES

Na fase de formação (quadro 19) nota-se que se o produtor conseguir aquelas produções consideradas no presente trabalho, a partir do 6.º ano o pomar estará dando um lucro, pois a receita proveniente da produção cobre totalmente o custo de produção. Assim, haverá uma renda líquida de Cr\$ 449,08 para 500 pés, naquele ano. Para 30.000 pés teríamos o valor de Cr\$ 26.944,80 proveniente do pomar.

Em termos teóricos diríamos que o período de formação iria então até o 5.º e não até o 6.º ano, porém, para o presente estudo consideraremos o período de 6 anos para a formação. Ao produtor é interessante que

quanto antes a renda cobrir o custo mais rapidamente êle terá o retôrno da aplicação.

O quadro 19 nos fornece também uma visão dos resultados que obteríamos para a cultura da laranja na fase de produção. Assim, para uma alta produtividade de 3 caixas por pé, teremos uma renda líquida positiva, ao preço da caixa determinada de Cr\$ 3,76 de Cr\$ 965,00 para 500 pés. Isto transformado em 30.000 pés daria uma renda líquida de Cr\$ 57.900,00.

Para uma produção de 2,5 caixas por pé teremos uma renda líquida positiva. Supondo que a produtividade do pomar desça para 2 caixas por pé, teremos uma renda líquida negativa, o que significa que a renda bruta proveniente da produção não cobre o custo de produção determinado. Haveria, neste caso, que obter um preço maior por caixa a fim de que a renda proveniente da produção cobrisse o custo de

produção. Maior renda o produtor poderia obter se os preços por caixa vigorantes fossem maiores e inclusive poderia haver lucro para a produtividade de 2,0 caixas por pé.

Do que foi visto, conclui-se que para uma produtividade de 3 caixas por pé, àquele preço determinado, podemos obter uma renda razoável. Se levarmos em consideração que o produtor reduza o seu nível de adubação e consiga uma produção de 2,5 caixas por pé, ainda assim êle estaria tendo um lucro. Entretanto, para uma produção de 2 caixas por pé, consequência da redução do nível de adubação e pulverização, a renda é negativa.

Para o empresário rural, é necessário, portanto, que êle procure aumentar a produtividade do pomar, o que é bastante razoável, dada a técnica já existente, uma vez que o preço do produto, sendo um fator que está na dependência da oferta e procura, escapa ao seu controle.

LITERATURA CITADA

1. ETTORI, O. J. Thomazini. Problemas econômicos da laranja. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Subdivisão de Economia Rural, 1957. 42p.
2. ———— Custo de produção agrícola: conceito, critérios, estruturas. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Instituto de Economia Agrícola, 1968. 43p. (Mimeografado)

NECESSIDADE DE REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA BRASILEIRA DE CAFÉ

Eng.º Agr.º Rubens Araujo Dias

1 — INTRODUÇÃO

Sem dúvida alguma, o café foi e continua sendo o produto que mais tem contribuído para o desenvolvimento econômico do Brasil. E isso se deu através da importante participação histórica na constituição da receita cambial do país, pela transferência de renda para outros setores, quer devido aos sistemas cambiais artificiais e mesmo hoje através das quotas de contribuição e pela ponderável participação na formação de capital dentro do próprio setor agrícola.

E, não restam também dúvidas que para se conseguir a aceleração do nosso processo de desenvolvimento, a economia brasileira tem que continuar dependendo significativamente da contribuição cafeeira. Uma eventual diminuição na produção brasileira, impedindo que o Brasil atenda suas quotas de exportação, dentro do convênio internacional do café, traria reflexos negativos bastante graves, que conjugados com a expansão da produção do café em outros países, tiraria do Brasil a posição decisiva que sempre desempenhou no mercado mun-

dial dêsse produto. E, as eventuais quedas futuras no valor de nossas exportações poderiam anular os esforços que o governo federal vem realizando no sentido de aumento ponderável em nossa receita cambial, o que é indispensável a um mais rápido processo de desenvolvimento econômico.

É importante que se aponte que nas últimas 8 safras, só em uma se conseguiu colheita superior às nossas necessidades de consumo interno e exportações. Como conseqüência, os estoques em poder do IBC, antes volumosos, hoje já se encontram em níveis perigosos, levando-se em conta as próximas perspectivas.

Os cafeicultores, sofrendo descapitalizações em anos seguidos em vista de preços comprimidos do produto e ainda tendo suas produções diminuídas por efeitos climáticos des-

favoráveis, não estão reagindo aos planos governamentais de renovação da cafeicultura. E, haja visto, que em 1969, enquanto os governos, federal e o de São Paulo, se empenhavam no plantio de 80 milhões de pés, não se deve atingir nem a metade dessa meta.

A recente constatação da presença da ferrugem em extensa área cafeeira vem caracterizar uma situação extremamente perigosa à necessária recuperação da cafeicultura brasileira. Com a eventual penetração dessa doença nas zonas cafeeiras importantes do Brasil, ou seja São Paulo, Paraná e Sul de Minas iria se acrescentar a curto prazo um nôvo e quase insuperável obstáculo ao citado programa de renovação, e ainda mais, provocar, na melhor das hipóteses, encarecimento nos custos de produção, devido aos tratamentos necessários, e diminuições nas já

insuficientes colheitas, com reflexos altamente negativos à consecução dos objetivos governamentais mencionados.

É imperioso, pois, que se programe uma nova política cafeeira, tendo em conta as sensíveis alterações ocorridas, de modo que se possa evitar, ou pelo menos, diminuir os riscos de transformações em nossa produção cafeeira que sejam altamente danosas não só à economia agrícola, mas a todo o processo de nosso desenvolvimento econômico.

2 — SITUAÇÃO MUNDIAL

No período de após-guerra até a primeira metade da década dos 60, a situação mundial do café caracterizou-se por crescentes produções em níveis superiores ao consumo que geraram contínuas acumulações de estoques. A alta de preços logo após o término da segunda guerra e que atingiu o máximo

em 1954, estimulou plantios em várias regiões do mundo, principalmente no Brasil (Norte do Paraná) e na África. Cite-se, a respeito, que entre o quinquênio de 1945/49 e o de 1958/62 a produção mundial exportável passou de 28,5 milhões para 56,5, tendo atingido o recorde na colheita de 1959, quando se obteve 67,3 milhões de sacas. Os dados constantes do quadro 1 ilustram igualmente a evolução ocorrida.

Com a produção crescendo em ritmo maior que o consumo houve a evidente tendência de queda nos preços que teria sido mais violenta não fôra a defesa de mercado realizada pelo Brasil, facilitada mais recentemente, principalmente depois de 1962, quando o Acôrdio Internacional do Café passou a se tornar cada vez mais efetivo.

Em síntese, pode-se acrescentar que depois de atingir os altos níveis de quase 90 "cents"

de dólar por libra (café brasileiro em Nova York) em inícios de 1954 houve uma tendência de queda gradual e com as maiores colheitas do fim dos anos 50 chegou a cotações inferiores a 40 "cents". Em seguida a outra geada brasileira, a de 1963, ocorreu nova recuperação e, de modo geral os preços permaneceram entre 48 e 38 cents, com tendência decrescentes até fins de 1969.

Mas, na realidade, o Brasil é que assumia as maiores responsabilidades não só pela relativa sustentação dos preços e assim carregando a quase totalidade dos estoques que iam se acumulando, mas igualmente pelo estabelecimento de programas específicos visando adequar a produção à demanda. Conforme se verifica pelos dados do quadro 1 a redução nas produções mundiais se deveu exclusivamente à diminuições nas colheitas brasilei-

ras. No entanto, o estabelecimento de quotas de exportação, dentro do Acôrdo Internacional, a criação de sucessivos meios de contrôle e a acomodação dos preços, atuaram no sentido de diminuir o crescimento da produção em outras áreas do mundo. A rigor, se poderia dizer que a Colômbia vem mantendo estável essa produção, os demais países americanos apresentam um pequeno aumento, enquanto os países africanos acusam ainda aumentos, embora não nas proporções anteriores.

Atualmente, enfrenta-se uma situação inversa da existente há poucos anos. O consumo mundial (dos países importadores) situando-se em torno de 53 milhões de sacas é bem superior às produções exportáveis que vem sendo conseguidas e está sendo atendido com a conseqüente absorção dos estoques antes acumulados.

QUADRO 1. — Situação Mundial do Café
em milhões de sacas de 60 kg

Item	Médias de quinquênios			Safras Comerciais				
	1953/54	1958/59	1963/64	1965/66	1966/67	1967/68	1968/69	1969/70 ⁽¹⁾
	a	a	a					
	1957/58	1962/63	1967/68					
I — Produção Exportável								
Brasil	16,4	26,6	16,0	29,6	9,2	14,8	8,1	9,3
Colômbia	5,8	6,8	6,7	7,0	6,3	6,7	6,6	6,5
Outros da América	6,7	8,5	9,6	9,8	8,8	10,2	9,0	9,6
África	7,3	12,6	16,2	16,7	14,8	17,7	17,0	17,2
Ásia e Oceânia	1,2	2,0	2,5	2,4	2,5	2,4	2,5	2,3
Total	37,4	56,5	51,0	65,5	41,6	51,8	43,2	44,9
Total menos Brasil	21,0	29,9	35,0	35,9	32,4	37,0	35,1	35,6
	1954 a 58	1959 a 63	1964 a 68	1966	1967	1968	1969 ⁽¹⁾	1970
II — Exportações								
Brasil	13,7	17,4	16,3	17,0	17,3	19,0	19,6	
Colômbia	5,4	6,1	6,0	5,6	6,1	6,6	6,5	
Outros da América	6,7	8,2	9,4	9,4	9,5	10,0	...	
África	7,8	11,4	15,2	15,7	15,2	16,6	...	
Ásia e Oceânia	1,0	1,5	2,4	2,6	2,3	2,2	...	
Total	34,6	44,6	49,3	50,3	50,4	54,4	...	
III — Importações								
Estados Unidos	19,8	23,2	22,6	22,1	21,3	25,4	20,2	
Europa	12,3	17,8	22,8	22,7	23,6	25,2	27,3	
Outros	2,9	3,7	4,8	5,0	4,8	5,3	5,5	
Total	35,0	44,7	50,2	49,8	49,7	55,9	53,0	

⁽¹⁾ Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola com dados básicos do Bureau Pan Americano do Café, USDA, G. Gordon Paton e IBC.

Essa situação, agravada com a ocorrência de fatores desfavoráveis no Brasil — forte e generalizada geada no Norte do Paraná e seca em São Paulo —, afetando as já menores produções brasileiras, fez com que se verificasse novo movimento de alta nas cotações mundiais de café.

Segundo os preços indicadores da O.I.C. entre meados de julho de 1969 e maio último ocorreram altas de 47% no caso do café brasileiro, que agora situa-se em torno de 54 “cents” por libra, de 45% no caso dos “milds” colombianos e de 41% para os robustas. Esse movimento de alta nos preços pode dar início a nova “corrida” para incremento de produção, apesar dos controles do Acôrdio Internacional e das próprias políticas internas de alguns países cafeeiros que, a exemplo do Brasil tiraram parte das receitas geradas pelo café.

Cabe ressaltar que no caso da ferrugem se alastrar de maneira mais generalizada nas

principais áreas cafeieras do Brasil, afetando o nosso potencial de produção, poderão ocorrer repercussões ainda maiores nos preços mundiais, com reflexos significativos nas demais áreas produtoras. Nessa hipótese, é ainda difícil se prever qual seria o resultado da ação do O.I.C. em tentar controlar os planos de aumento dos vários países, sendo evidente que qualquer modificação nos viria prejudicar em longo período. Ou, se pode igualmente prever uma corrida incontrolável para plantios, o que criaria, no futuro, uma posição inteiramente diversa para nós no cenário cafeeiro mundial, com repercussões, as mais sérias para a nossa economia. E, ressalte-se que, admitindo-se a entrada plena da ferrugem e, de modo mais otimista, acreditando em uma convivência com essa moléstia, a produção de café no Brasil se faria a custos bem mais elevados, reduzindo ou mesmo anulando a vantagem comparativa que vínhamos mantendo até então.

3 — SITUAÇÃO DO CAFÉ NO BRASIL

Conforme já se caracterizou, devido ao aumento de produção ocorrido no período após-guerra houve sensível acumulação de estoques, em grande parte devido à política adotada pelo Brasil de defesa dos preços externos, visando assegurar um nível satisfatório de receita cambial. Essa acumulação de estoques se intensificou após a grande safra de 1959/60, devendo ter atingido o máximo no início da safra 1966/67, quando, aliás, as produções já estavam em níveis que se poderiam considerar como normais (quadro 2).

Na realidade, o governo preocupado com a evolução da situação descrita, já vinha desde a safra 1958/59 estabelecendo os preços internos em níveis desestimulantes que continuaram a prevalecer até meados de 1969, a não ser com a exceção da safra 64/65, que foi anormalmente pequena. Essa compressão de preços que deve-se admitir como instrumento válido para enfrentar a

situação de super-produção inicialmente existente, foi, no entanto, aplicada por período demasiadamente longo e, principalmente depois de meados da década de 1960, em escala nitidamente exagerada, tendo em conta as modificações que já então ocorriam na situação estatística.

E, isso, porque ao lado da compressão de preços, o governo efetivou dois programas de erradicações pagas, um iniciado em 1962 e outro em 1966, tendo sido erradicados um total de 1.379 milhões de cafeeiros. No entanto, embora as informações estatísticas não sejam bastante precisas, estima-se que o parque cafeeiro brasileiro foi diminuído de 1,8 bilhões de pés entre 1960 e 69. Atualmente, deve-se contar com 2,2 bilhões em comparação com os 4 bilhões existentes em 1960.

Aliás, ressalte-se que a compressão de preço já mencionada, aliada à fatores climáticos desfavoráveis presentes em várias safras — só nesta última década ocorreram geadas em 4 anos (1962, 63, 66 e 69) além

QUADRO 2. — Situação Estatística do Café no Brasil
em milhões de sacas de 60 kg

Item	1959/60	60/61	61/62	62/63	63/64	64/65	65/66	66/67	67/68	68/69	69/70 (¹)	70/71 (²)
1. Estoque inicial (³)	24,0	44,3	52,0	57,3	62,6	59,7	57,5	70,6	63,4	59,2	48,2	38,5
2. Produção registrada	44,1	29,8	35,9	28,7	23,1	18,1	37,8	17,6	23,4	16,8	18,1	12,0
A - <i>Suprimento</i> (1 + 2)	68,1	74,1	87,9	86,0	85,7	77,8	95,3	88,2	86,8	76,0	66,3	50,5
3. Exportação exterior	17,9	16,1	17,4	16,9	18,9	12,4	16,5	16,4	19,0	19,1	19,1	...
4. Consumo interno	5,5	5,5	5,7	6,5	7,1	7,9	8,2	8,4	8,6	8,7	8,7	...
5. Outros	0,4	0,5	7,5	—	—	—	—	—	—	—	—	...
B - <i>Consumo geral</i> (3 + 4 + 5)	23,8	22,1	30,6	23,4	26,0	20,3	24,7	24,8	27,6	27,8	27,8	27,5
C - <i>Estoques final</i> (A - B)	44,3	52,0	57,3	62,6	59,7	57,5	70,6	63,4	59,2	48,2	38,5	23,0

(¹) Preliminar.

(²) Previsões.

(³) Estimativa dos estoques oficiais mais os existentes nos canais de comercialização.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola com dados básicos do IBC e informações oficiais.

das sêcas mais fortes de 1964 e 69 — reduziram de forma acentuada as rendas da cafeicultura.

Assim, a conjugação desses fatores — preços comprimidos, programas de erradicação e adversidades climáticas — contribuiu para a redução substancial do nosso potencial de produção, que mesmo antes da geada de 1969 e do recente aparecimento da ferrugem já causavam preocupações, a ponto do próprio IBC ter iniciado elaboração de plano de renovação de lavouras.

Como consequência da ação daqueles fatores, obteve-se nas últimas sete safras, de 1963/64 até a que se finda (1969/70), uma produção global de 154,8 milhões de sacas (veja detalhes no quadro 2), insuficiente para atender o consumo de 178,9 milhões. Com a nova safra de 1970/71, quando se pode esperar uma produção registrada de 12,0 milhões, incluídos aí os cafés da safra de 1969 retidos por produtores, e admitindo-se um consumo equivalente ao dos últimos 3 anos, ir-se-ia ter

que nessas últimas oito safras deve ter ocorrido uma redução de 40 milhões de sacas nos estoques então existentes. E, frise-se que em todo esse período de 8 anos, só tivemos uma safra, a de 1965/66, em que a produção excedeu ao consumo.

Em decorrência dessa evolução, admitindo-se que a safra 1970/71 deva iniciar-se com um estoque total de 38,5 milhões de sacas, dos quais uns 30/32 em mãos do governo, ir-se-ia ter no fim dessa safra um remanescente total de 23 milhões, dos quais uns 18 em poder do IBC, estoque esse que em vista da presente situação já discutida, com baixo potencial de produção e com a ferrugem se alastrando, apresenta-se como nitidamente insuficiente para o resguardo do próximo futuro e que tenderia a se esgotar dentro de 2 a 3 anos.

Isso principalmente porque o nosso potencial de produção está não só bastante reduzido, mas também sujeito a incertezas, devido à ação da ferrugem e de eventuais geadas, nas zo-

nas mais sujeitas. A grosso modo, pode-se dizer que dos nossos 2,2 bilhões de cafeeiros apenas 1,3 se localizam nas zonas mais favoráveis — São Paulo, Sul de Minas e parte do Paraná (zonas velha e nova). Dos restantes, 470 milhões estão localizados nas regiões mais atingidas pela hemileia e 420 no Paraná Novíssimo, zona onde a ação de geadas é mais freqüente.

Embora seja difícil fazer-se qualquer previsão a respeito, pode-se admitir que será o seguinte, o potencial de produção nos próximos 3 anos (quadro 3), caso não ocorram alterações sensíveis de política ou azares climáticos adicionais.

3.1 — POSSIBILIDADE DE AJUSTAMENTOS DA PRODUÇÃO INTERNA

É evidente que modificações, tanto do lado da demanda como da oferta podem alterar êsses prognósticos.

Embora a consciência de que estavam ocorrendo modificações na situação do café nos últimos anos fôsse se generalizando, não houve até agora alterações mais radicais nas li-

nhas de política. Assim, nos dois últimos anos ocorreram tímidas elevações nos preços internos, que só se intensificaram após a geada e mais como consequência das altas ocorridas no mercado mundial mas que ainda assim, de modo algum, podem ser consideradas como de incentivo.

Para melhor avaliar-se essa situação apresenta-se no quadro 4 dados sobre os preços recebidos pelos cafeicultores de São Paulo nos últimos anos.

Por aí se verificam os aumentos ocorridos nos preços em 1968 e 69, tendo no primeiro desses anos havido um ganho real de 22% em relação ao ano anterior e de 32,5% entre 68 e 69. Mas, de qualquer modo, êsses níveis não se aproximam dos que podem ser considerados como de incentivo — veja os níveis prevalecente na década de 1948 a 57, ou mesmo os vigentes na safra de 1964. Para a colheita de 70, quando o nível de produtividade será bem reduzido, esperando-se no caso de São Paulo uma colheita de apenas 4,3 milhões de sacas, os preços de ga-

QUADRO 3. — Previsão do Potencial da Produção de Café no Brasil, 1970-72

Estado e zona	Milhões de pés	Rendimento (sc. benef. 1.000 pés)	Produção (milhões sacas)
São Paulo	700	10,0	7,0
Paraná	800	12,0	9,6
Sul de Minas	170	7,0	1,2
Zona da Mata	160	2,5	0,4
Espírito Santo	310	2,5	0,8
Outros	0,4
Total			19,4

rantia do IBC são de 140 cruzeiros. Tomando-se 150 cruzeiros como preço médio, teria-se uma correspondência em cruzeiros de 1968 de 101,00 (admitindo-se que a taxa de inflação caía para 18%), ainda bem distante dos melhores índices já atingidos anteriormente.

Ao lado dessas alterações ocorridas nos preços internos do café, em início de 1969, o IBC/GERCA elaborava plano de renovação prevendo o plantio de 500 milhões de pés em alguns anos, que mesmo após à ocorrência das geadas em julho foi modificado para 100 milhões e posteriormente para 50 que, no entanto, dado o retardamento em que o mesmo foi posto em execução, só deverá resultar em plantios no máximo de 15 milhões de pés,

a grande maioria dos quais no Sul de Minas. E, mesmo em São Paulo, onde o governo estadual tomou a iniciativa de formular programa com os seus próprios recursos só devem ter sido plantados cerca de 20 milhões numa meta de 30 milhões para o 1.º ano. Assim, na presença de programa de 80 milhões de pés só se conseguiu realizar o plantio de 35 milhões.

Na realidade, vários fatores estão impedindo um maior interesse dos lavradores. O principal, foi o longo período de situações difíceis, com baixas rendas e com a conseqüente descapitalização do setor. A alta maior de preços em 1969 só de fato ocorreu depois de setembro quando já não havia mais condições de realizar todo o processo de plantio. E, além

QUADRO 4. — Preços Médios Recebidos pelos Cafeicultores do Estado de São Paulo (Cr\$ por 60 kg)

Média de quinquênios e anos	Valôres Correntes	Valôres em cruzeiros de 1968 (1)
1948/52	0,84	113,70
1953/57	2,06	134,10
1958	1,72	72,20
1959	1,93	58,80
1960	2,59	61,60
1961	3,57	62,60
1962	6,19	71,10
1963	12,50	82,70
1964	31,20	108,30
1965	30,00	69,20
1966	30,29	48,30
1967	40,61	50,40
1968	60,00	60,00
1969	101,60	81,90

(1) Utilizou-se como deflator o índice "2" da Conjuntura Econômica.
Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

disso, enfrenta-se, pela primeira vez em nossa história cafeeira, condições diversas para a implantação de novos cafêzais, pois já não se dispõe de terras novas a serem desbravadas e nas quais os custos de formação eram sensivelmente baixos e a resposta, em matéria de produtividade, era praticamente certa. Hoje, tem que se implantar maciçamente novos cafêzais em terras velhas. Na realidade, essa condição é um verdadeiro desafio, pois os exemplos dos novos cafêzais, os chamados "tipo Campinas", constituem ainda uma minoria. O plantio dêsse tipo de cafêzais em larga escala exige a presença de número muito maior

de empresários agrícolas esclarecidos, da utilização generalizada da alta tecnologia que requer o emprêgo de volume substancial de capital e na presença, portanto, de riscos bem superiores aos do processo tradicional. E, além disso, a presença da ferrugem alaranjada adiciona dificuldades, pela insegurança de sucesso, mesmo à custa do emprêgo de novas práticas, que acarretando aumento de despesas, de qualquer modo não asseguram a obtenção do nível de produtividade anterior.

Outro ponto a considerar é que êsses cafêzais levam de 3 a 4 anos para começarem a produzir e de 8 a 12 para atin-

girem o máximo de suas produções. E, com o tímido início dos planos de renovação, somente a partir de 1974 e 75 é que poder-se-ia contar com algum aumento na produção devido a êsses novos plantios.

3.1.1 — Problema da *Hemileia*

Coincidentemente com a crítica caracterização da atual situação estatística, novo fator veio adicionar maior complexidade ao atual problema cafeeiro. É a constatação, em meados de janeiro último, em cafeeiros da Bahia da presença de ferrugem alaranjada causada pelo fungo *Hemileia vastatrix*, a mais grave moléstia do cafeeiro arábico e que além de ter dizimado o café de algumas regiões produtoras, vem restringindo o seu cultivo na quase totalidade dos países fora do continente americano, o único que até agora não tinha sido atingido.

Levantamentos procedidos pelo IBC estão localizando a doença em extensa área, abrangendo a Bahia, a quase totalidade da zona cafeeira do Espírito Santo, leste de Minas,

incluindo municípios da zona da Mata e mesmo em um município do Sul de Minas, já dentro da área que se pode considerar como a de verdadeira importância econômica e que abrange mais os Estados de São Paulo e Paraná.

Nesses cinco meses foram realizados êsses levantamentos, mobilizaram-se técnicos tanto nacionais como estrangeiros, esquematizaram-se planos, mas não foram efetivadas as medidas propugnadas e que visavam o estabelecimento de uma faixa de segurança proposta ao longo do meridiano 44 e a erradicação sistemática dos focos constatados.

De um modo geral, pode-se dizer que no momento não se dispõe de conhecimentos que possibilitam uma previsão mais acurada dos efeitos da ferrugem sobre a zona já afetada e eventualmente sobre os cafezais da zona mais importante, ou seja, os do Paraná, São Paulo e Sul de Minas. Sabe-se que as variedades cultivadas entre nós não apresentam qualquer resistência a essa moléstia. E que ela encontra melho-

res condições de propagação nas regiões quentes e úmidas, parecendo ser o fator calor mais importante que a umidade.

A mais curto período, o controle químico, sobre o qual existem pontos a serem ainda esclarecidos, exigindo várias pulverizações, além das dificuldades inerentes a uma larga aplicação, acarretará aumentos significativos nos custos e a viabilidade econômica de seu uso irá depender bastante do comportamento dessa doença nas condições prevaletentes nas várias regiões cafeeiras e da produtividade dos cafeeiros atacados, além evidentemente dos níveis de preços do café.

A mais longo período, ter-se-ia melhores condições de convivência com essa moléstia pela introdução de linhagens que contenham características de resistência à ferrugem. Embora já exista no Instituto Agronômico de Campinas limitado material básico, êle precisa ser multiplicado, o que levará pelo menos cerca de um decênio até que se possa iniciar de forma mais significativa, a substituição de nosso parque cafeeiro.

3.2 — LINHAS GERAIS DE POLÍTICAS RECOMENDADAS

Pela análise da situação atrás apresentada conclui-se que, na ausência da tomada de medidas específicas e de certo modo radicais, os nossos estoques podem se exaurir nos próximos 2 ou 3 anos, com a conseqüente incapacidade de enfrentar-se às necessidades de mercado. De outro lado, deve-se ter em conta que os plantios adicionais só se convertem em aumentos de produção depois dos próximos 4/5 anos (não se considerando o problema da ferrugem). Assim, é necessário que se tomem certas medidas visando adiar o período crítico que poderá ocorrer entre 1972 e 73 para pelo menos 1974/75. Partindo-se dessas preliminares pode-se recomendar as seguintes linhas básicas de política.

3.2.1 — Reduções no Consumo

Básicamente, pode-se recomendar a imediata e total eliminação do subsídio ao consumo interno, cuja existência nas atuais condições pode ser considerada como verdadeiro contra-senso. E, pode-se mesmo sugerir o limite de 5 milhões de sacas para êsse consumo já

liberando cêrca de 3,5 milhões de sacas por ano, o que até o final da safra de 1972/73 significaria um acréscimo de 10,5 milhões de sacas aos estoques, apenas como resultado dessa medida.

Com relação à política de preços em face do mercado mundial, trata-se de matéria bastante complexa e as decisões a respeito devem repousar em estudos e reflexões bastante ponderadas, evitando-se obter ganhos fáceis a curto período.

A continuação da pressão para o prosseguimento do movimento altista pode gerar forte oposição dos países importadores que aliados aos exportadores, desejosos de modificações nas atuais distribuições das quotas de exportação, pode levar à alterações indesejáveis para nós. De outro lado, essas altas poderiam provocar decisões independentes e isoladas em determinadas áreas, principalmente agora em vista da incerteza de uma pronta resposta da produção brasileira aos incentivos de mercado, devido

principalmente ao aparecimento da ferrugem e da não existência de terras virgens adicionais. E, a par dessa situação e da contínua redução de nossos estoques, saberem os nossos concorrentes que com os estoques cada vez menores fica o Brasil, se assim o desejar, sem o poder de continuar a influir de forma decisiva no futuro comportamento do mercado. Como resultado de ações desse tipo, poderia ocorrer um aumento ponderável da produção em outros países, com reflexos prejudiciais à futura posição do Brasil nos negócios cafeeiros mundiais.

3.2.2 — Aumentos mais Imediato nas Produções

Antes da proposição de qualquer medida a respeito deve-se salientar que reações desejáveis só serão conseguidas, em escala ponderável, na presença de incentivos, ou em outras palavras, através da elevação dos níveis dos preços internos. A simples observação da figura 1, já mostra que os preços prevalentes no período de 1958 a 69 foram altamente desestimu-

lantes e provocaram a nítida tendência decrescente na produção, gerando a séria crise atual. Ao observar essa figura, deve-se ter em mente que na realidade a produção das safras de 1964 e a de 1970 se situaram em pontos abaixo dos assinalados que refletem a produção registrada no IBC. E, isso a custa de cafés que deixaram de ser registrados nos anos anteriores. Assim, as altas nos preços em 1964 atuaram apenas para minorar quedas de renda que seriam ainda mais violentas, não tendo nenhum efeito positivo na alteração da tendência prevalecente. Idêntica situação está ocorrendo em 1970. Dêsse modo, não se pode esperar nenhuma reação decorrente primordialmente dos preços previstos pelas últimas resoluções do IBC (1).

Na realidade, pela observação dessa figura poder-se-ia afirmar que apenas preços que variaram entre 120 e quase 170 cruzeiros no período de 1950 e 55, com uma média de 140 cruzeiros de 1968 é que atuaram como de incentivo,

nas condições de oferta vigentes naquela ocasião. O preço médio citado equivale a pouco mais de 200 cruzeiros de hoje.

Mas, com a necessidade de se formar cafêzais em terras velhas com as características já mencionadas e na iminência da infestação pela ferrugem, é evidente que essa situação foi alterada. É na realidade difícil fazer-se qualquer estimativa a respeito. O que se pode, porém, é afirmar que qualquer preço abaixo dos acima mencionados não teria qualquer efeito positivo no sentido de criar incentivos aos agricultores.

Outra preliminar necessária refere-se a pouca efetividade do oferecimento isolado de financiamentos visando alterar situações como essa que se defronta, sem o suporte paralelo de preços de incentivo.

Havendo essas condições básicas, pode-se sugerir um programa de adubações intensas, visando aumentar em curto período e de forma até substancial a nossa produção cafeeira.

(1) Resoluções 499 e 500 de 12 de junho de 1970.

PREÇOS DO CAFÉ NO
INTERIOR DE S. PAULO

CR \$ (de 1968)
POR SACA BENEFICIADA

PRODUÇÃO DE CAFÉ NO
BRASIL

MILHÕES DE SACAS

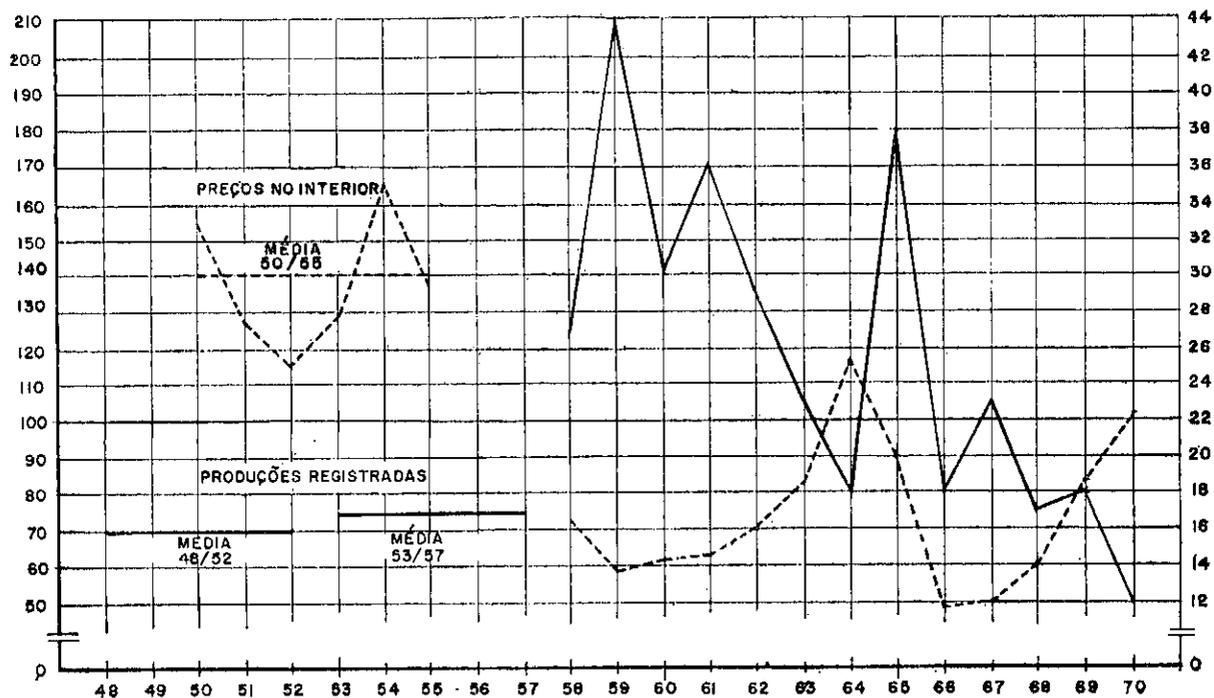


FIGURA 1. — Produção e Preços do Café no Brasil.

Atualmente, os cafêzais de São Paulo, Sul de Minas e os já recuperados da geada do Paraná estão, de um modo geral, bem vestidos e aptos, se as condições de clima não forem desfavoráveis a produzirem bem na próxima safra de 1971. E, isso significa declínio na colheita seguinte de 1972, em vista da variação cíclica existente. Assim, adubações adequadas mais generalizadas iriam não só favorecer a um melhor pagamento das próximas floradas, resultando em uma colheita pouco maior em 71, mas atuariam no sentido de preparar os cafêzais para uma ainda maior colheita em 1972.

No caso de São Paulo, apenas para exemplificar e evidentemente numa base tentativa, pode-se dizer que o emprêgo do dôbro da quantidade global de fertilizantes hoje utilizada no café, ou seja, passando de cerca de 250 mil toneladas para 500 mil, poderia significar um aumento de 40% na produção total esperada, ou seja, 2,8 milhões de sacas, se a produção

prevista fôsse de 7 milhões. Situações semelhantes poderiam ser igualmente obtidas nos outros estados.

No quadro 5 seguinte, tenta-se apresentar duas hipóteses, a primeira na qual não se tomasse qualquer medida visando o contrôle do consumo ou o incentivo da produção, e a segunda onde se restringisse o consumo interno e prevesse comportamento diferente das próximas colheitas.

Tais situações são evidentemente hipotéticas, mas servem para ilustrar as possíveis diferenças de comportamento que podem ocorrer a curto período, caso se tomem ou não medidas de apoio ao setor.

Da correta determinação do preço de incentivo e a aplicação de outras medidas, como o financiamento de fertilizantes com absorção de juros (tipo Funfertil), ou mesmo de seguro contra eventual geada ou alastramento da ferrugem, irá depender o sucesso de um programa desse tipo, que pode ser considerado vital na atual emergência.

QUADRO 5. — Estimativas de Situações Estatísticas do Café no Brasil em milhões de sacas

Item	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74
1.ª Alternativa				
Estoque inicial (1)	38,5	18,0	8,5	1,0
Produção	12,0	18,0	20,0	19,0
	50,5	36,0	28,5	20,0
Consumo interno mais exportação	27,5	27,5	27,5	—
Estoque final (1)	23,0	8,5	1,0	—
2.ª Alternativa				
Estoque inicial (1)	38,5	22,0	17,0	17,0
Produção	12,0	19,0	24,0	25,0
	50,5	41,0	41,0	42,0
Exportação	18,5	19,0	19,0	19,0
Consumo interno	5,0	5,0	5,0	5,0
	23,5	24,0	24,0	24,0
Estoque final (1)	27,0	17,0	17,0	18,0

(1) Os estoques da safra de 1970/71 são globais, incluindo os do IBC e os particulares. Os apresentados para as demais safras são estimativas dos estoques oficiais, admitindo-se que os existentes nos canais de comercialização, e que não variam muito de ano para ano, montem a 5 milhões.

3.2.3 — Combate à ferrugem

É desnecessário enfatizar o perigo que corre a cafeicultura brasileira em face desse novo problema. A menos que se confirme a hipótese de que há condições climáticas limitantes ao desenvolvimento dessa doença na zona cafeeira de São Paulo, Sul de Minas e Paraná não será fácil se conseguir pleno sucesso na ultrapassagem desse perigo até que se tenha condições de substituição de parte significativa do nosso parque cafeeiro por variedades mais resistentes à hemileia.

Na realidade, medidas enérgicas de controle, principalmente pela eliminação dos focos devem ser tomadas sem mais perda de tempo, aproveitando-se o período seco e mais frio quando deve ocorrer uma paralisação na expansão dessa moléstia. Dada às mais favoráveis condições de propagação com a entrada da próxima estação chuvosa e de temperaturas mais elevadas ter-se-á novo surto e pode-se dizer que a probabilidade da ferrugem penetrar intensamente na verdadeira zona cafeeira do país,

será tanto menor quanto mais intensa fôr a erradicação dos focos hoje existentes.

3.2.4 — Formação de novos cafêzais

Embora não se deva desestimular a formação de novos cafêzais, devido a crítica situação que se enfrenta, o governo deve agir com mais cautela nesse sentido. Isso, em razão da necessária substituição de nossos cafêzais por variedades mais resistentes à ferrugem no próximo futuro. Assim, é preferível, no momento, intensificar ao máximo a produtividade dos atuais cafêzais (através dos incentivos já mencionados), limitar os planos oficiais de renovação às regiões que apresentem condições mais desfavoráveis à ferrugem, facilitando assim o seu controle, e deixar a livre iniciativa tomar as suas próprias decisões com relação à formação de novas la-

vouras, induzida pelos novos preços e correndo os riscos existentes.

3.2.5 — Outras medidas

Paralelamente, deve o governo dar grande ênfase aos programas de pesquisa, visando obter novas linhagens não só resistentes às várias raças da hemileia, mas também mais produtivas, assim como melhor investigar os meios de controle e combate à essa doença.

De outro lado, deve-se igualmente estabelecer um sistema mais efetivo de coleta de estatísticas e de estudos econômicos que levem a um melhor acompanhamento da evolução da situação cafeeira, conhecendo-se com mais precisão todos os elementos indispensáveis à melhor tomada de decisões, governamentais ou privadas, que levem à solução da mais difícil fase porque já passou a nossa cafeicultura.

PESQUISAS PRIORITÁRIAS EM ECONOMIA RURAL ⁽¹⁾

Eng.º Agr.º Rubens Araujo Dias

1 — INTRODUÇÃO

A tomada de decisões mais acertadas depende grandemente da qualidade das informações econômicas disponíveis sobre os vários fatores relevantes ao equacionamento dos múltiplos e contínuos problemas econômicos. Isso diz respeito a decisões individuais dos agricultores quando resolvem intensificar ou implantar determinada exploração em detrimento de outras, ou mesmo utilizar nova tecnologia e novos insumos. O mesmo acontece no que diz respeito às atividades ligadas ao sistema de comercialização de produtos agrícolas. E, mais importante ainda, são as decisões relativas à formulação da política agrícola, ou mesmo sô-

bre a instituição de medidas governamentais mais restritas mas que se relacionem de modo mais ou menos direto com a agricultura.

Como os resultados globais são decorrentes da agregação das posições individuais é evidente que decisões acertadas são indispensáveis à melhor performance de todo o setor, havendo nesse caso, contribuição decisiva para a aceleração de todo o processo de desenvolvimento agrícola. E êsse é o objetivo maior que se almeja, de modo que parcelas crescentes de nossa população possam usufruir de maior bem estar social.

Fica assim ressaltada a importância de se dispor de conhe-

⁽¹⁾ Trabalho apresentado no 2.º Simpósio Internacional de Administração de Pesquisa Agro-Pecuária, promovido pelo Conselho Nacional de Pesquisas em colaboração com o Escritório de Pesquisa e Experimentação do M. A. e a Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos. Campinas, Julho de 1970.

cimentos e informações econômicas mais adequadas, o que só se pode conseguir através da realização de número cada vez maior de pesquisas de boa qualidade na área da economia rural, gerando quando fôr o caso, serviços que visem suprir aquelas informações.

O objetivo básico desses trabalhos é, pois, facilitar o processo de ajustamentos que tem de ocorrer continuamente no setor agrícola, de modo a se poder conseguir, da maneira mais eficiente, um desejável desenvolvimento econômico.

E, para os países ainda considerados subdesenvolvidos, e que contam com uma agricultura em grande parte tradicional, servindo de fonte de subsistência à parcela ponderável da população, e onde aqueles conhecimentos são restritos essa não é tarefa fácil, que possa inclusive ser mais facilmente planejada, utilizando-se as experiências de outras regiões.

Apenas para melhor caracterizar a magnitude dessa questão cite-se que admitindo-se ser de 100 dólares per capita a renda da nossa população agrícola, que representa cerca da metade do total dos brasileiros, e mesmo aceitando um crescimento médio anual de 5%, iríamos chegar daqui há 20 anos com uma renda de 225 dólares, que se pode considerar mesmo

sob os padrões atuais, bastante insatisfatória. E, isso admitindo-se um não crescimento, em termos absolutos, do total de habitantes no setor, o que ainda não é o caso. Ressalte-se que a taxa de crescimento acima mencionada é das mais altas que se tem constatado, em todo o mundo, por período tão longo. Assim, somente com um eficiente desempenho do setor, que depende, em última análise, de conhecimentos econômicos mais abundantes, é que se poderá almejar metas mais satisfatórias para o nosso desenvolvimento econômico.

2 — ESTAGIO ATUAL

Apesar do grande incremento verificado ultimamente nos trabalhos de economia rural no país, pode-se dizer que em pouco têm eles contribuído para um melhor atendimento dos objetivos básicos atrás mencionados.

Há uma série de fatores que vem influenciando para que, mesmo com o progresso verificado, isso venha acontecendo.

Em primeiro lugar, ainda é bem reduzido o número de núcleos de pesquisas nessa área de trabalho, sendo que ponderável parte desses núcleos é ligada às universidades, que oferecem cursos de pós-gradua-

ção, havendo portanto necessidade de se atender à objetivos mais específicos. Isso porque as pesquisas, substancialmente vinculadas à elaboração de teses e dado ao atual estágio de evolução, têm limitações ainda maiores para se enquadrarem num programa global mais ambicioso.

Mesmo quanto aos centros ligados à organismos oficiais, pode-se dizer que os trabalhos desenvolvidos ainda não constituem no seu conjunto uma atividade harmônica visando um objetivo global.

A falta de visão de conjunto, o ainda deficiente conhecimento sobre o processo de desenvolvimento agrícola dentro das condições aqui prevalentes, as pressões para a realização de trabalhos visando o atendimento de objetivos mais imediatos e restritos, a menor importância atribuída às pesquisas econômicas em relação às demais áreas e ainda as limitações decorrentes da insuficiente qualificação profissional de grande número dos técnicos militantes, podem ser apontados como alguns dos fatores que estão contribuindo para essa situação.

Além disso, pode-se ainda ressaltar o sério obstáculo criado pelas pronunciadas diferenças regionais existentes sobre os mais variados aspectos, o que faz com que as pesquisas

já realizadas em determinadas regiões não possam servir de ponto de referência para outras áreas do país, dadas às grandes diferenças das condições prevalentes.

3 — ESTABELECIMENTO DE PRIORIDADES

Preliminarmente, deve-se salientar alguns pontos de ordem geral sobre o problema da fixação de uma política de prioridades de pesquisas em economia rural. Existem, é evidente, dificuldades inerentes à própria questão. Mesmo em países mais desenvolvidos, com um grande acervo de pesquisas anteriores que permitem um maior entendimento dos problemas agrícolas e que contam de outro lado, com grande número de instituições especializadas com técnicos qualificados e recursos abundantes, é difícil encontrar-se bem definido e caracterizado um programa de pesquisas prioritárias visando um melhor encaminhamento dos problemas ligados ao setor agrícola.

A agricultura, ao contrário dos outros setores, dadas as suas características intrínsecas é atividade bem mais difícil de ser planejada, e os conhecimentos e resultados existentes nos países desenvolvidos são de me-

nor utilidade no que se refere à aplicação em outras regiões, ao contrário do "know how" relativo aos outros setores.

Assim, e tendo em conta igualmente as diversidades de situações encontradas em um país continental, como é o caso do Brasil, torna-se bastante difícil, senão quase impossível, propor-se um programa prioritário de pesquisa em economia rural que seja válido para o país.

No nosso caso, tem-se ainda um grande obstáculo que é a precariedade das informações estatísticas existentes entre nós. Embora não se possa admitir que essa situação crie obstáculos insuperáveis, não resta dúvida que a insuficiente cobertura estatística e a qualidade dos dados existentes se constituem como um impecilho bastante significativo, principalmente quando se pretende ter um entendimento global de conjuntura agrícola, o que na realidade é fator de primordial relevância para se poder especificar um programa de pesquisas nessa área.

Assim, pode-se destacar a área de estatísticas agrícolas como uma das que devam merecer alta prioridade embora não se situe especificamente no campo da economia rural.

É imprescindível que se possa contar com séries de melhor

qualidade de dados estatísticos básicos, ou seja, as relativas à utilização da terra, área cultivada, volume produzido, rendimento agrícola, preços recebidos e pagos pelos agricultores, salários, etc. Outros dados devem também ser objeto de contínua elaboração, como o tamanho e utilização de mão-de-obra, valor da terra, etc.

As deficiências existentes atualmente vêm dificultando a realização de trabalhos mais aprofundados, além da natural limitação das análises realizadas, em decorrência da qualidade dos dados básicos. De outro lado, há a natural instituição de serviços dessa natureza por diversas entidades que se resentem da falta desses elementos básicos, dando origem, inclusive, a existência de dados conflitantes sobre determinados itens, com a criação de problemas adicionais quando se defronta com o problema de se realizar estudos mais gerais. Tõda essa série de dificuldades existentes há longo tempo, para ser sanada exige a tomada de posição das autoridades responsáveis, com grande urgência, para que se elimine uma das grandes dificuldades no desenvolvimento dos trabalhos na área da economia rural.

Voltando ao campo mais específico da economia agrícola, pode-se apontar como altamen-

te prioritárias três áreas de estudos que, no atual estágio de evolução, devem receber a atenção dos núcleos que se dedicam à pesquisas em economia rural. Investigações sobre a caracterização da evolução do setor agrícola, sobre a economia das mudanças tecnológicas e sobre as possibilidades de ampliação dos mercados, devem gerar conhecimentos que serão de grande ajuda para o atendimento dos objetivos inicialmente mencionados, como se tentará a seguir detalhar.

3.1 — CARACTERIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA

Nessa área incluem-se os estudos mais globais que devem ser realizados, utilizando-se séries de dados estatísticos existentes, com o objetivo de se analisar a evolução ocorrida no setor agrícola. Devem ser estudados os recursos que estão sendo utilizados, a performance realizada, determinando-se os fatores que tem prevalecido, os pontos favoráveis e os gargalos existentes. Diferenças de comportamento por regiões devem ser caracterizadas. Em suma, deve-se procurar conceituar o processo de desenvolvimento por que passa a agricultura, procurando-se entender e avaliar esse processo.

Dentro dessa ampla área, poderiam ser incluídos, entre outros de natureza semelhante, os estudos sobre:

- a) vantagens comparativas entre regiões;
- b) interdependência do setor agrícola com os outros setores da economia;
- c) impacto na agricultura das várias políticas econômicas.

Os trabalhos nessa área, principalmente o estudo básico inicialmente apontado, tornariam possível o estabelecimento de programas prioritários de pesquisa mais específicos e objetivos para a região estudada. Os núcleos de estudos de economia rural teriam maiores conhecimentos sobre os principais problemas econômicos a serem investigados. Ter-se-ia, igualmente, importantes pontos de referência para orientação de diretrizes não só para a realização das pesquisas agropecuárias em geral, mas também uma melhor caracterização de um programa de assistência técnica à agricultura.

Mas, o principal objetivo dos estudos nessa área seria o de se poder, com o melhor entendimento do processo de desen-

volvimento, propor políticas e programas alternativos para serem postos em ação, visando acelerar o desenvolvimento do setor agrícola e, portanto, tornar viável a obtenção de maior bem estar social pela população agrícola, através de incrementos na renda e sua melhor distribuição, integrando-a, portanto, de modo cada vez maior em nosso sistema econômico e contribuindo assim para o desenvolvimento geral do país.

3.2 — ECONOMIA DAS MUDANÇAS TECNOLÓGICAS

A evolução que se verifica em nossa economia e na própria agricultura exige que ocorram constantemente ajustamentos no setor, de modo a poder a agricultura adaptar-se às novas condições, aumentando os índices de produtividade no uso dos fatores e assim podendo continuar a perfazer, cada vez com mais eficiência, as suas funções dentro de nossa economia.

É importante, pois, que se estudem problemas relativos a essa área, citando-se entre outros, as seguintes linhas de pesquisas:

- a) respostas do setor aos incentivos econômicos;
- b) economicidade no uso dos insumos modernos;

- c) processos de adoção de nova tecnologia;
- d) vantagens comparativas entre produtos;
- e) ajustamentos dentro das empresas agrícolas;
- f) suprimento e mercado dos insumos;
- g) posse e uso da terra;
- h) disponibilidade e eficiência no uso de crédito;
- i) trabalho rural.

Conhecimentos mais objetivos sobre essas questões possibilitariam colocar à disposição dos agricultores, através dos órgãos de assistência técnica, informações econômicas que facilitem a tomada de decisões mais acertadas. Poderiam igualmente gerar serviços, oficiais ou de organizações privadas, nesse mesmo sentido, tais como os relativos à contabilidade agrícola, visando um mais fácil equacionamento dos problemas de administração rural, possibilitando, uma mais adequada planificação da empresa agrícola.

Maiores conhecimentos nessa área forneceriam, também, elementos para a tomada de mais conscientes decisões da política agrícola.

3.3 — AMPLIAÇÃO DE MERCADOS

Para que se possa conseguir e manter taxas altas de crescimento da produção agrícola, condição indispensável para a aceleração do processo de desenvolvimento do setor, é necessário se contar com mercados amplos, pois ao contrário ter-se-iam reflexos negativos, com quedas pronunciadas e/ou oscilações perniciosas nos preços agrícolas. Pesquisas devem ser pois realizadas visando dispor-se de melhores conhecimentos sobre as possibilidades de ampliação dos mercados, interno e de exportação, para os produtos agrícolas. Do mesmo modo, devem ser estudados os problemas relativos à instabilidade nos preços.

Nessa área, dentre outras, podem ser mencionados os seguintes estudos:

- a) eficiência do sistema de comercialização;
- b) oferta e demanda, conhecendo-se melhor a formação dos preços, estimulando-se elasticidades;
- c) mercados externos, tanto para produtos tradicionais como para os possíveis de serem desenvolvidos;
- d) vantagens comparativas com outros países;

- e) efeitos das políticas cambial, de fretes, etc.

Conhecimentos oriundos dê-se tipo de pesquisas poderão contribuir para melhor orientação em praticamente todos os níveis de participantes: os agricultores, que seriam melhor informados sobre as condições e perspectivas dos mercados para os vários produtos; os intermediários que além desses mesmos conhecimentos poderiam ser induzidos a aumentarem a eficiência do sistema, beneficiando os produtores; e por fim as autoridades governamentais que poderiam tomar as decisões de política com mais segurança.

Além disso, estudos nessa área, poderiam contribuir de maneira mais direta para o “descobrimento” de novos mercados, ou possibilitando a ampliação dos existentes, tornando exequível o objetivo básico visado que é o de facilitar a absorção de produções agrícolas cada vez maiores.

4 — CONCLUSÕES

Não restam dúvidas, que a intensificação dos estudos relativos aos problemas econômicos da agricultura se constitui como um instrumento importante e indispensável que um país, como o Brasil, tem que utilizar

para que se possa efetivamente estabelecer uma mais sólida e consistente política de desenvolvimento econômico. De outro lado, como foi ressaltado de início, a efetivação dos objetivos de tal política só será conseguida quando crescente núme-

ro de participantes do setor tomem decisões mais acertadas para o que são também imprescindíveis tais trabalhos, permitindo-se assim, obter-se o resultado global desejável, ou seja, o aumento do bem-estar social da população agrícola.